

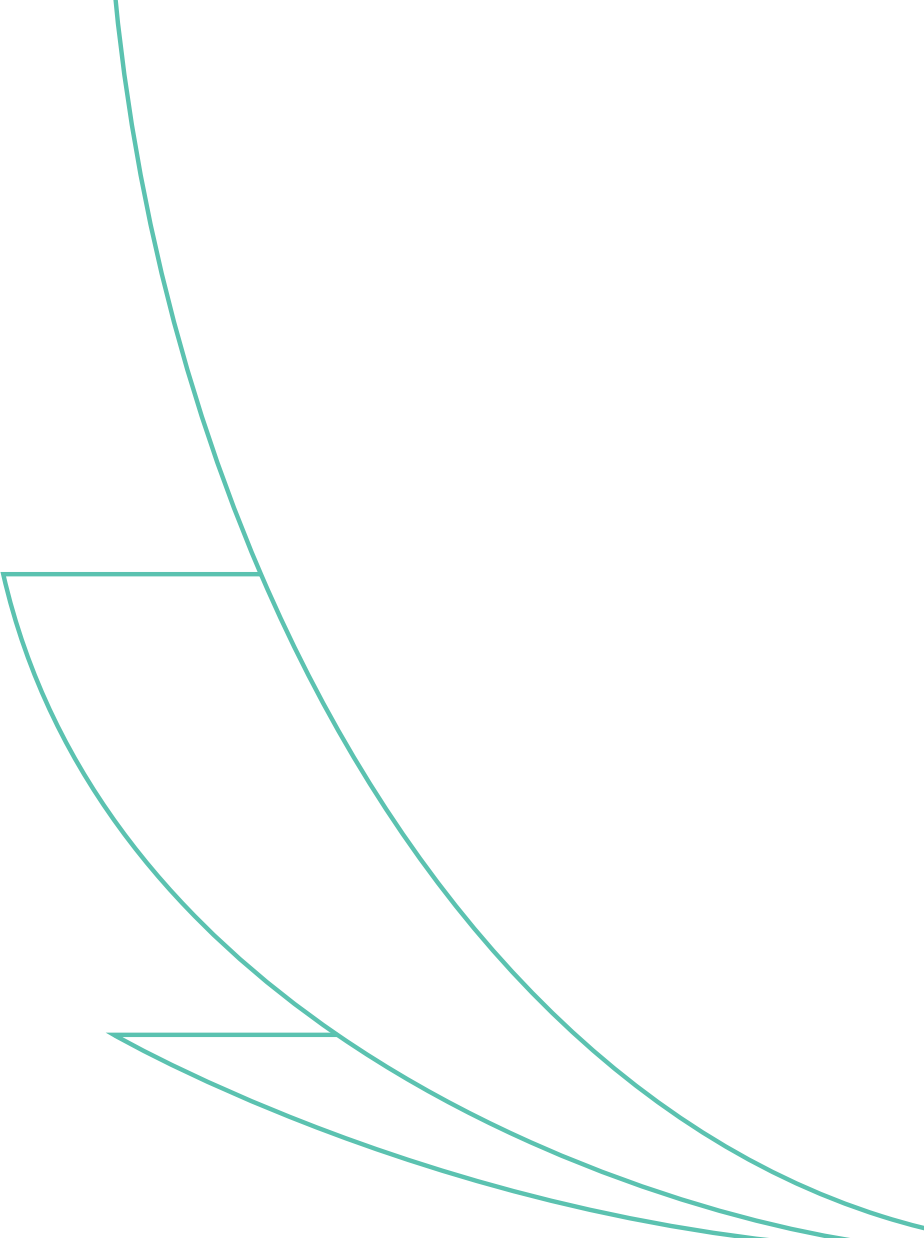


Poder Judiciário

Tribunal de Justiça do Estado de Goiás

Plano de Capacitação

2019/2021

An abstract graphic consisting of three curved lines in a teal color. The lines originate from the top left and curve downwards and to the right, with each line being slightly offset from the others, creating a sense of depth and movement.

Poder Judiciário
Tribunal de Justiça do Estado de Goiás

Plano de Capacitação

2019 / 2021



Composição

COMPOSIÇÃO EJUG 2019/2021

Diretor – Desembargador Marcus da Costa Ferreira

Vice-Diretor – Dr Clauber Costa Abreu

Secretária-Geral – Eliane Oliveira Falcão

Setor de Diagnóstico – Flávia Osório da Silva

Setor de Gerenciamento de Ensino

Presencial – Ana Paula Leite Vilela

Setor de Gerenciamento de Ensino a

Distância – Claudivina Batista Rosa

CONSELHO GESTOR

Presidente – Dr. Walter Carlos Lemes

Secretária-Geral / Setor de Custeio e

Infraestrutura - Eliane de Oliveira Falcão

CONSELHEIROS

Dr. Cláudio Henrique Araújo de Castro

Dr. Algomiro Carvalho Neto

Leandra Vilela Rodrigues Chaves

Diego César Santos

João Moura Filho Leandra

Dr. Sebastião José de Assis Neto

Márcia Perillo Fleury Barcelos

Sumário

6	<i>Apresentação</i>
8	<i>Introdução</i>
10	<i>Objetivo Geral</i>
11	<i>Objetivos Específicos</i>
12	<i>Público-Alvo</i>
13	<i>Resultados Esperados</i>
14	<i>Desenvolvimento</i>
18	<i>Avaliação</i>
20	<i>Certificação</i>
23	<i>Capítulo 1 - Programa De Formação Continuada Para Magistrados</i>
33	<i>Capítulo 2 - Programa De Formação Inicial E Continuada Para Servidores</i>
42	<i>2.1 – Programa De Formação Continuada Para Servidores - Áreas Especializadas</i>



46 *Considerações Finais*

49 *Anexos*

50 *Anexo 1*

55 *Anexo 2*

60 *Anexo 3*

65 *Anexo 4*

66 *Legislação*

68 *Expediente*

Apresentação

A Escola Judicial de Goiás - EJUG foi instituída pelo Tribunal de Justiça do Estado de Goiás, por meio da Resolução nº 40, de 16 de setembro de 2015, com o objetivo de fomentar o aprimoramento das competências de magistrados e servidores, em prol da excelência na prestação jurisdicional, nos termos do art. 1º da supramencionada Resolução, abaixo transcrito:

Art. 1º - Criar a Escola Judicial do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás – EJUG, órgão auxiliar do Poder Judiciário do Estado de Goiás, vinculada à Presidência do Tribunal de Justiça, com o objetivo da implementação de cursos oficiais para o ingresso, a formação inicial e o aperfeiçoamento de magistrados e servidores do Judiciário Estadual, além de cursos de pós-graduação abertos a operadores de Direito, dentre outros cursos, simpósios e palestras, observando-se a orientação da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados – ENFAM, a teor do que dispõe art. 93, incisos II, letra “c” da CF88 e orientação do CNJ.

Assim, cumprindo a missão institucional que lhe foi reservada, a EJUG elaborou o Plano de Capacitação para o Biênio 2019/2021, com foco nas principais necessidades de capacitação de magistrados e servidores, de forma a tornar a prestação jurisdicional mais célere, eficiente e comprometida com os valores culturais, sociais e ambientais preconizados pelo Plano Estratégico do TJGO e pelo Plano de Gestão 2019/2021, e consoante às diretrizes do Conselho Nacional de Justiça.

Com esta ferramenta de planejamento espera-se atender, de forma satisfatória as diretrizes administrativas e financeiras para a formação de magistrados e servidores dispostas na Resolução CNJ nº 159/2012, e ainda, as demandas para o desenvolvimento da formação destes, conforme disposto na Resolução CNJ n.º 192/2014 que instituiu a Política Nacional de Formação e Aperfeiçoamento dos Servidores do Poder Judiciário.

Introdução

O Plano de Capacitação da Escola Judicial de Goiás – EJUG para o biênio 2019/2021 foi elaborado com a finalidade de atender as necessidades de formação continuada de magistrados e servidores do Poder Judiciário do Estado de Goiás, de forma a aperfeiçoar as suas competências (conhecimentos, habilidades e atitudes), objetivando como resultado a excelência na prestação jurisdicional oferecida por este Poder.

Para elaboração deste plano, a equipe da EJUG elaborou um diagnóstico baseado na identificação das necessidades das áreas fim, áreas meio e áreas especializadas, por meio de reuniões realizadas no final de 2018, com representantes de cada área e/ou categoria.

Com as respostas obtidas, e considerando as diretrizes estabelecidas pelas resoluções do Conselho Nacional de Justiça - CNJ e da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de

Magistrados – ENFAM, foi possível elaborar um Plano de Capacitação que atenda as demandas de formação continuada para os magistrados e servidores do Poder Judiciário do Estado de Goiás.

Este plano visa a atender as demandas para o desenvolvimento das competências de magistrados e servidores deste Poder, conforme disposto no Art. 2º da Resolução CNJ nº 192/2014, que considera competência o conjunto de conhecimentos, habilidades e atitudes necessárias ao desempenho das funções dos servidores, visando ao alcance dos objetivos estratégicos dos órgãos do Poder Judiciário.

Este plano está dividido em dois capítulos: Capítulo 1 – Formação Continuada para Magistrados e Capítulo 2 – Formação Continuada para Servidores. O plano também contempla as formações que são de conhecimento específico, gerencial e comum a todos.

Objetivo geral

Atender às necessidades de capacitação de magistrados e servidores, por meio de formação continuada, com foco no desenvolvimento de competências para o trabalho, possibilitando a aquisição e o aperfeiçoamento de competências individuais e profissionais, que agreguem valor à instituição e valor social ao indivíduo.

Objetivos específicos

Constituem objetivos específicos àqueles previstos no artigo 1º, incisos I a IV, da Resolução TJGO nº 14/2012, de 28 de novembro de 2012, que estabeleceu o Programa Permanente de Capacitação dos Magistrados e Servidores do Poder Judiciário do Estado de Goiás:

- Desenvolver competências funcionais e profissionais dos servidores do Poder Judiciário, em especial aquelas necessárias à progressão e promoção nos cargos da carreira judiciária, nos termos dos art. 16 da Lei n. 17.663/2012;
- Dotar os servidores ocupantes de cargos e funções de natureza gerencial previstos no Anexo I, desta Resolução, dos conhecimentos e habilidades necessárias ao desempenho de suas atribuições, nos termos do § 4º do art. 8º da Lei n. 17.663/2012;
- Promover a gestão do conhecimento;
- Fomentar estudos, pesquisas e trocas de experiências.

Além desses, objetiva-se:

- Contribuir para o desenvolvimento contínuo de magistrados e servidores, como profissionais e cidadãos;
- Promover o alinhamento entre as necessidades da organização, no cumprimento de sua missão institucional, com o desenvolvimento profissional de magistrados e servidores.

Público-alvo

- Magistrados do 1ª Grau de Jurisdição do Poder Judiciário do Estado de Goiás;
- Servidores do 1ª Grau de Jurisdição do Poder Judiciário do Estado de Goiás.

Resultados Esperados

- Desenvolver e/ou aprimorar as competências profissionais fundamentais para magistrados e servidores;
- Contribuir para a efetividade e qualidade nos serviços prestados ao cidadão;
- Desenvolver e/ou aprimorar as competências gerenciais de magistrados e servidores ocupantes de funções de liderança e natureza gerencial;
- Preparar magistrados e servidores para as mudanças internas e externas;
- Promover a gestão do conhecimento;
- Valorizar os magistrados e servidores por meio de programas de educação continuada;
- Fomentar estudos, pesquisas e compartilhamento de experiências.

Desenvolvimento

O desenvolvimento será realizado por meio de **trilhas de aprendizagem**, que constitui um conjunto ordenado de eventos de capacitação, oferecido na modalidade presencial, semipresencial e a distância. As trilhas vão estruturar a formação continuada de magistrados e servidores, visando à apropriação, construção e o desenvolvimento dos conhecimentos, habilidades e atitudes, em três níveis de competências:

- **Competências comuns:** referem-se ao conjunto de conhecimentos, habilidades e atitudes necessárias a todos os magistrados e servidores do PJGO, independentemente do local de sua lotação.
- **Competências gerenciais:** referem-se às competências que devem ser apresentadas pelos servidores que ocupam cargos gerenciais e possuem uma ou mais equipes sob sua coordenação ou servidores que pretendem desenvolver estas competências para o exercício de funções gerenciais.

- **Competências específicas:** referem-se às competências relacionadas diretamente a processos de trabalho de caráter técnico e/ou vinculada à especificidade de suas atribuições seja na área-meio ou área-fim da PJGO.

Assim, buscam-se as competências necessárias ao desempenho funcional de magistrados e servidores, nos diferentes níveis e espaços ocupacionais, viabilizando a aplicação dos conhecimentos ao exercício funcional do dia-a-dia, para o alcance dos objetivos estratégicos do Poder Judiciário do Estado de Goiás.

O desenvolvimento das trilhas de aprendizagem será da seguinte forma:

Instrução funcional: Visa o desenvolvimento das competências fundamentais pela oferta de eventos de capacitação aos servidores que amplie o conhecimento dos aspectos gerais vinculados ao serviço público, vinculados à missão e visão institucionais, do código de ética e conduta dos servidores do Poder Judiciário do Estado de Goiás.



Gestão: Visa o preparatório de ordem técnica gerencial e comportamental, para o exercício de funções de coordenação, assessoramento e chefia e desenvolvimento de atividades de gestão.

Específica: Visa à capacitação de magistrados e servidores para o desempenho de atividades vinculadas a sua lotação no ambiente organizacional no qual atua e exerce suas atividades.

Educação formal: Visa à formação inicial e continuada por meio de contratação de cursos externos e, também, por meio de pagamento de bolsas de estudo para servidores abrangendo a 1ª graduação e Pós-Graduação *lato sensu* e *stricto sensu*.

Formação de Multiplicadores: Visa à formação de instrutores internos, devidamente cadastrados na EJUG, realizadas por servidores ocupantes de cargos efetivos ou em comissão do Poder Judiciário do Estado de Goiás, compreendendo atividade docente em cursos presenciais ou à distância, elaboração de materiais didáticos e pedagógicos, criação, registro e organização do conhecimento.

O Plano Anual de Capacitação biênio 2019/2021 contempla duas formas de capacitação:

Capacitações internas: realizadas pela EJUG, com instrutores internos cadastrados no Banco de Tutores, conforme disposto no Capítulo III, Art. 25, § 1º ao 3º da Resolução nº 14/2012 do TJGO.

Capacitações externas: realizadas via convênios, parcerias ou outras formas de obtenção da capacitação fornecida por instituições que ofereçam conhecimento, experiência e capacidade didático-pedagógica na área pretendida.

Para tanto, poderão ser realizados eventos de capacitação, tal qual, seminário, fórum, audiência pública, ciclo de palestras, congresso, simpósio, treinamento em serviço, visita técnica, estágio probatório, grupo formal de estudo, oficina de trabalho/workshop, e no caso de graduação ou pós-graduação *lato e stricto sensu*, desde que reconhecidos pelo Ministério da Educação e Cultura.

Avaliação

Ao longo do Biênio 2019/2021, a EJUG promoverá o acompanhamento e monitoramento do processo avaliativo das ações de capacitação executadas, com base em quatro níveis de avaliação: de reação, de aprendizagem, de comportamento e dos resultados finais (ou de impacto).

Avaliação de reação: caracteriza-se pela mensuração do grau de satisfação dos participantes quanto à ação de capacitação sendo aplicada ao final do evento de capacitação.

Avaliação de aprendizagem: possibilita a verificação objetiva, estruturada e mensurável da aprendizagem, mediante a aplicação de testes, empregando, eventualmente, entrevistas e observação de comportamentos.

Avaliação de comportamento: nível mais complexo que os anteriores, esta avaliação deve ser realizada de três a seis meses após o término do evento, buscando-se identificar mudanças de comportamento ocorridas nos postos de

trabalho e que possam ser mensuradas, tendo em vista o desempenho de quem foi capacitado.

Avaliação dos resultados finais (ou de impacto): avaliação feita examinando-se os resultados da organização após um ou mais ciclos de atividades desenvolvidas pelos servidores capacitados. Neste caso, o desafio consiste em separar as variáveis que envolvem o processo e identificar o quanto de melhoria está relacionado à ação educacional.

A EJUG utilizará os dados oriundos da avaliação para aperfeiçoar e ajustar a oferta de eventos de capacitação à realidade institucional. Ao final de cada período, será elaborado relatório analítico das avaliações (de reação, suporte e de impacto) de todos os cursos, que servirá como subsídio para a tomada de decisão e elaboração do Plano de Capacitação do biênio subsequente.

Certificação

A EJUG certificará, ao final do curso, os participantes que realizarem as atividades propostas e obtiverem aproveitamento igual ou superior a 75% da frequência da carga horária.

Nos casos em que houver avaliação de aprendizagem, certificará somente aqueles que, além da frequência, obtiverem a nota equivalente a 50% de aproveitamento na escala relativa à nota.





*Programa de
Formação
Continuada para
Magistrados*

C a p í t u l o I



A proposta da EJUG é oferecer aos magistrados um programa de formação continuada, com uma diversidade de opções formativas, que atendam seus *gaps* de competências. Os *gaps* de competência são as lacunas existentes entre as competências profissionais essenciais para que os colaboradores entreguem os resultados esperados pela instituição e, assim, por meio de aplicação de ferramentas de diagnóstico, é possível identificar quais dessas competências são passíveis de aprimoramento na força de trabalho.

Neste programa as opções de formação continuada estão organizadas em eventos (curtos) de formação com até 10h/a, que serão ofertados na modalidade presencial e a distância; em cursos de curta duração, com no mínimo 40h, credenciados na ENFAM para fins de promoção e vitaliciamento e, em cursos de pós-graduação lato sensu ofertados pela EJUG (assim que a escola estiver devidamente cadastrada no Conselho Estadual de Educação).

Com vistas a obter melhores resultados com o Programa de Formação Continuada para Magistrados, foram estabelecidas 4 metas para este biênio, alinhadas às diretrizes estratégicas do Poder Judiciário do Estado de Goiás - PJGO e às do Conselho Nacional de Justiça - CNJ.

Os cursos credenciados na ENFAM, para fins de promoção, serão ofertados conforme cronograma a ser divulgado pela EJUG no site: ejug.tjgo.jus.br. Os conteúdos programáticos terão como base os seguintes temas, definidos pela Resolução da ENFAM, nº 2 de 14 de março de 2017:

- Adjudicação de direitos fundamentais pelo Poder Judiciário;
- Administração da atividade judiciária (gestão processual, gestão de pessoas, de materiais e de resultados);
- Alterações legislativas;
- Demandas repetitivas e grandes litigantes;
- Direitos fundamentais e seguridade social;

- 
- Direitos humanos;
 - Ética e deontologia da magistratura.
 - Filosofia do direito e sociologia jurídica;
 - Hermenêutica e argumentação jurídica;
 - Impacto social, econômico e ambiental das decisões judiciais e a proteção do vulnerável;
 - Liderança, relações interpessoais e interinstitucionais e gerenciamento de riscos e crises;
 - Métodos consensuais de resolução de conflitos, processos autocompositivos e psicologia judiciária;
 - O juiz e os serviços extrajudiciais
 - Prestações da seguridade social: aspectos materiais e processuais;
 - Registros públicos, cidadania e fiscalização dos serviços extrajudiciais;
 - Relacionamento com os meios de comunicação de massa e uso de redes sociais;

- Técnica dos atos judiciais. Elaboração de decisões e sentenças e realização de audiências;
- Tecnologia da informação e das comunicações;

A seguir apresentam-se as metas estabelecidas para a formação continuada de magistrados neste Plano de Capacitação, previstas para execução até janeiro de 2021.

Meta 1

Meta	Capacitar 60% dos magistrados do PJGO nos cursos da EJUG, credenciados na ENFAM
Alinhamento Estratégico com o Plano Estratégico 2015/2020 do PJGO	<i>Objetivo Estratégico 11</i> – Promover o alinhamento entre as necessidades da organização, no cumprimento de sua missão institucional, com o desenvolvimento profissional de magistrados e servidores.
Indicador	% de magistrados capacitados nos cursos da EJUG, cadastrados na ENFAM
Fórmula do Indicador	$\left(\frac{\text{Nº de Magistrados do PJGO, capacitados em pelo menos 1 curso da EJUG cadastrado na ENFAM}}{\text{Nº total de magistrados do PJGO}} \right) \times 100$
Linha de Base	353 magistrados de 1º Grau
Lista de Cursos da EJUG cadastrados na ENFAM	Anexo 1
Descrição da meta	A meta tem a finalidade de promover a formação continuada de no mínimo 60% dos magistrados do PJGO, por meio de cursos da EJUG, semipresenciais e à distância, cadastrados na ENFAM.

Meta 2

Meta	Capacitar 30% dos magistrados do PJGO, por meio de eventos de formação de curta duração
Alinhamento Estratégico com o Plano Estratégico 2015/2020 do PJGO	<i>Objetivo Estratégico 11</i> – Promover o alinhamento entre as necessidades da organização, no cumprimento de sua missão institucional, com o desenvolvimento profissional de magistrados e servidores.
Indicador	% de magistrados capacitados nos eventos de formação de curta duração promovidos pela EJUG
Fórmula do Indicador	$\left(\frac{\text{N}^\circ \text{ de Magistrados do PJGO, capacitados em pelo menos 1 evento de formação de curta duração promovido pela EJUG}}{\text{N}^\circ \text{ total de magistrados do PJGO}} \right) * 100$
Linha de Base	353 magistrados de 1º Grau
Lista de eventos de formação de curta duração promovidos EJUG para magistrados (biênio 2019/2021)	Anexo 1
Descrição da meta	A meta tem a finalidade de promover a formação continuada de no mínimo 30% dos magistrados do PJGO, por meio de eventos de curta duração (workshops, encontros, seminários), promovidos pela EJUG

Meta 3

Meta	Capacitar 10% dos magistrados do PJGO, por meio de curso de Pós-Graduação <i>latu-sensu</i> promovido pela EJUG
Alinhamento Estratégico com o Plano Estratégico 2015/2020 do PJGO	<i>Objetivo Estratégico 11</i> – Promover o alinhamento entre as necessidades da organização, no cumprimento de sua missão institucional, com o desenvolvimento profissional de magistrados e servidores.
Indicador	% de magistrados capacitados por meio de curso de Pós-Graduação <i>latu-sensu</i> promovido pela EJUG
Fórmula do Indicador	$(\text{N}^\circ \text{ de Magistrados do PJGO, capacitados por meio de curso de Pós-Graduação } \textit{latu-sensu} \text{ promovido pela EJUG} / \text{N}^\circ \text{ total de magistrados do PJGO}) \times 100$
Linha de Base	353 magistrados de 1º Grau
Descrição da meta	A meta tem a finalidade de promover a formação continuada de no mínimo 10% dos magistrados do PJGO, por meio de curso de Pós-Graduação <i>latu-sensu</i> , promovido pela EJUG.

Meta 4

Meta	Mapear as competências pessoais de 100% dos magistrados do PJGO
Alinhamento Estratégico com o Plano Estratégico 2015/2020 do PJGO	<i>Objetivo Estratégico 10</i> – Desenvolver o potencial humano, mantendo o equilíbrio entre o trabalho, a saúde e a vida pessoal.
Indicador	% de magistrados com competências pessoais mapeadas
Fórmula do Indicador	$(\text{N}^\circ \text{ de Magistrados do PJGO com competências pessoais mapeadas} / \text{N}^\circ \text{ total de magistrados do PJGO}) * 100$
Linha de Base	353 magistrados de 1º Grau
Descrição da meta	A meta tem a finalidade de realizar o mapeamento das competências pessoais de 100% dos magistrados do Poder Judiciário do Estado de Goiás, com a finalidade de prover informações mais consistentes para a identificação dos <i>gaps</i> de competência do grupo de magistrados e, consequentemente, municiar de informações o processo de planejamento das atividades da EJUG.



*Programa de
Formação Inicial
e Continuada
Para Servidores*

C a p í t u l o I I



A Lei nº 17.663 de 19 de junho de 2012, dispõe sobre a reestruturação da Carreira dos Servidores do Poder Judiciário do Estado de Goiás. De acordo com o art. 19 da referida lei, “Caberá ao Tribunal de Justiça, mediante regulamento próprio, instituir Programa Permanente de Capacitação destinado à formação e aperfeiçoamento profissional, bem como ao desenvolvimento gerencial, visando à melhoria contínua dos servidores”. Na sequência, a Resolução nº 14/2012 do TJGO estabelece o Programa Permanente de Capacitação dos Servidores do Poder Judiciário do Estado de Goiás, que tem por finalidade:

I – desenvolver competências funcionais e profissionais dos servidores do Poder Judiciário, em especial aquelas necessárias à progressão e promoção nos cargos da carreira judiciária, nos termos do art. 16 da Lei n. 17.663/2012;

II – dotar os servidores ocupantes de cargos e funções de natureza gerencial previstos no Anexo I, desta Resolução, dos conhecimentos e habilidades necessárias ao desempenho de suas atribuições, nos termos do § 4º do art. 8º da Lei n. 17.663/2012;

- III – promover a gestão do conhecimento;
- IV – fomentar estudos, pesquisas e trocas de experiências.

A Resolução nº 40/2015 do TJGO criou a Escola Judicial do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás – EJUG, com o objetivo de implementação de cursos oficiais para o ingresso, a formação inicial e o aperfeiçoamento de magistrados e servidores do Judiciário Estadual sob a orientação da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados – ENFAM e do Conselho Nacional de Justiça – CNJ.

De acordo com o art. 6º da Resolução nº 192/2014 do CNJ, que dispõe sobre a formação dos servidores do judiciário, a formação e aperfeiçoamento dos servidores serão desenvolvidos nas modalidades de formação inicial e de formação continuada. A formação inicial refere-se “ao desenvolvimento das competências necessárias para o desempenho das atividades inerentes às atribuições das unidades.” E a formação continuada, refere-se “ao desenvolvimento das competências necessárias ao longo da vida funcional do servidor e compreende:



ações educacionais de ordem técnica, gerencial e comportamental; formação de multiplicadores e programas de pós-graduação lato e stricto sensu”. A resolução do CNJ trata, ainda, no artigo 8º, que as ações de formação serão conduzidas, preferencialmente, por magistrados e servidores na condição de instrutores internos.

A EJUG, desde a sua criação, tem desenvolvido ações de formação inicial e continuada para magistrados e servidores, nas modalidades de ensino, presencial e a distância, por meio de contratação de cursos externos e, também, por meio de pagamento de bolsas de estudo para servidores abrangendo a 1ª graduação e Pós-Graduação Lato e Stricto Sensu. O Programa de formação inicial e continuada para servidores 2019/2020 tem o objetivo de atender os preceitos legais de acordo com a visão e missão estabelecidos no Projeto Político Pedagógico da EJUG.

A proposta da escola com esse programa é oferecer aos servidores uma diversidade de opções de formação continuada, que atendam seus gaps

de competências. Essas opções estão organizadas em eventos de formação na modalidade presencial e a distância, em cursos de curta duração, voltados para a capacitação técnica e aperfeiçoamento dos servidores. A intenção é que as soluções formativas sejam ofertadas pela própria EJUG. Somente em casos específicos, conforme normativa específica, serão contratadas empresas para a participação de servidores em cursos externos. Há também inserido no Programa de Formação Inicial e Continuada de Servidores, a oferta de bolsas de estudos para cursos de Pós-Graduação Lato e Stricto Sensu.

A seguir apresentam-se as metas estabelecidas para a formação continuada de servidores das áreas meio e fim neste Plano de Capacitação, previstas para execução até janeiro de 2021.

Meta 1

Meta	Capacitar 60% dos servidores do PJGO, por meio de cursos presenciais e à distância, nos cursos oferecidos pela EJUG.
Alinhamento Estratégico com o Plano Estratégico 2015/2020 do PJGO	<i>Objetivo Estratégico 11</i> – Promover o alinhamento entre as necessidades da organização, no cumprimento de sua missão institucional, com o desenvolvimento profissional de magistrados e servidores.
Indicador	% de servidores capacitados nos cursos presenciais e à distância oferecidos pela EJUG
Fórmula do Indicador	$\left(\frac{\text{N}^\circ \text{ de servidores do PJGO, capacitados em pelo menos 1 curso presencial ou à distância oferecido pela EJUG}}{\text{N}^\circ \text{ total de servidores do PJGO}} \right) * 100$
Linha de Base	5892 servidores
Lista de Cursos Presenciais e à Distância oferecidos pela EJUG para servidores	Anexo 2
Descrição da meta	A meta tem a finalidade de promover a formação continuada de no mínimo 60% dos servidores do PJGO, por meio de cursos presenciais ou à distância oferecidos pela EJUG.

Meta 2

Meta	Capacitar 2% dos servidores do PJGO, por meio de curso de Pós-Graduação <i>lato-sensu</i> promovido pela EJUG.
Alinhamento Estratégico com o Plano Estratégico 2015/2020 do PJGO	<i>Objetivo Estratégico 11</i> – Promover o alinhamento entre as necessidades da organização, no cumprimento de sua missão institucional, com o desenvolvimento profissional de magistrados e servidores.
Indicador	% de servidores capacitados por meio de curso de Pós-Graduação <i>lato-sensu</i> promovido pela EJUG
Fórmula do Indicador	$\left(\frac{\text{N}^\circ \text{ de servidores do PJGO, capacitados por meio de curso de Pós-Graduação } \textit{lato-sensu} \text{ promovido pela EJUG}}{\text{N}^\circ \text{ total de servidores do PJGO}} \right) * 100\%$
Linha de Base	5892 servidores
Descrição da meta	A meta tem a finalidade de promover a formação continuada de no mínimo 10% dos servidores do PJGO, por meio de curso de Pós-Graduação <i>lato-sensu</i> , promovido pela EJUG.

Meta 3

Meta	Mapear as competências pessoais de 100% dos servidores do PJGO
Alinhamento Estratégico com o Plano Estratégico 2015/2020 do PJGO	<i>Objetivo Estratégico 10</i> – Desenvolver o potencial humano, mantendo o equilíbrio entre o trabalho, a saúde e a vida pessoal.
Indicador	% de servidores com competências pessoais mapeadas
Fórmula do Indicador	$(N^{\circ} \text{ de servidores do PJGO com competências pessoais mapeadas} / N^{\circ} \text{ total de servidores do PJGO}) * 100$
Linha de Base	5892 servidores
Descrição da meta	A meta tem a finalidade de realizar o mapeamento das competências pessoais de 100% dos servidores do Poder Judiciário do Estado de Goiás, com a finalidade de prover informações mais consistentes para a identificação dos <i>gaps</i> de competência do grupo de servidores e, conseqüentemente, municiar de informações o processo de planejamento das atividades da EJUG.



2.1 – Programa de Formação Continuada para Servidores – Áreas Especializadas

O Programa de Formação Continuada para os servidores das áreas especializadas, biênio 2019/2020, apresenta-se como um mecanismo para orientar o aprimoramento das competências (conhecimentos, habilidades e atitudes) dos servidores das áreas especializadas, fundamentado nos objetivos a seguir estabelecidos:

- Impulsionar as melhores práticas de governança, de gestão e de atualização tecnológica, de forma

alinhada às competências gerenciais e às técnicas dos servidores das áreas especializadas;

- Reforçar o aproveitamento de talentos internos de modo a agregar valor organizacional;
- Motivar os servidores incentivando o desenvolvimento pessoal e profissional;
- Diversificar as ações de capacitação com respostas mais rápidas às necessidades do Tribunal;
- Facilitar o acompanhamento e controle de custos e investimentos em formação continuada para as áreas especializadas;
- Estar em conformidade com as recomendações e/ou determinações da ENFAM e do CNJ.

Meta 1

Meta	Capacitar 60% dos servidores do PJGO – ÁREAS ESPECIALIZADAS, por meio de cursos presenciais e à distância oferecidos pela EJUG e de cursos externos
Alinhamento Estratégico com o Plano Estratégico 2015/2020 do PJGO	<i>Objetivo Estratégico 11</i> – Promover o alinhamento entre as necessidades da organização, no cumprimento de sua missão institucional, com o desenvolvimento profissional de magistrados e servidores.
Indicador	% de servidores da área de TIC capacitados nos cursos presenciais e à distância oferecidos pela EJUG e cursos externos
Fórmula do Indicador	$\left(\frac{\text{N}^\circ \text{ de servidores das áreas especializadas do PJGO, capacitados em pelo menos 1 curso presencial ou à distância oferecido pela EJUG ou externo}}{\text{N}^\circ \text{ total de servidores das áreas especializadas do PJGO}} \right) * 100$
Linha de Base	142 servidores das áreas especializadas
Lista de Cursos Presenciais e à Distância oferecidos pela EJUG e cursos externos para servidores	Anexo 3 e 4
Descrição da meta	A meta tem a finalidade de promover a formação continuada de no mínimo 60% dos servidores do PJGO, por meio de cursos presenciais ou à distância oferecidos pela EJUG.



Considerações Finais

O Plano de Capacitação do Poder Judiciário do Estado de Goiás – biênio 2019/2021, aprovado pelo Órgão Especial, é um documento que formaliza a proposta de formação continuada de magistrados e servidores, cuja execução ocorrerá segundo as diretrizes dispostas na Resolução nº 159/2012 e Resolução nº 192/2014, ambas do Conselho Nacional de Justiça.

Este plano, desenvolvido pela Escola Judicial de Goiás, terá ampla divulgação no âmbito institucional, visto que a formação e o aperfeiçoamento serão caráter permanente, pois a busca pelo desenvolvimento da carreira constitui responsabilidade compartilhada entre magistrados, servidores, Escola Judicial de Goiás e o Poder Judiciário do Estado de Goiás.

A divulgação da programação das ações de capacitação, com os objetivos, a

carga horária de cada curso, o período de realização, o número de vagas, o público alvo e outras informações pertinentes serão disponibilizadas mensalmente no canal de informação oficial da EJUG e no Portal da Intranet (<http://portaltj.tjgo.jus.br/>).

Conclui-se, por fim, que este plano foi concebido com a firme intenção de atender os preceitos legais dispostos pelo CNJ e pela ENFAM e, ainda, de acordo com a visão e a missão estabelecidas no Projeto Político Pedagógico da EJUG, de maneira que seja possível concretizar a formação e o aperfeiçoamento de magistrados e servidores, por meio da oferta de ações educativas de qualidade, abrangentes e efetivas, para o desenvolvimento das competências (conhecimentos, habilidades e atitudes), necessárias ao Poder Judiciário do Estado de Goiás para cumprir a sua missão institucional e alcançar os resultados de excelência pretendidos.





Anexos

Anexo I - Formação para Magistrados

EVENTOS DE CAPACITAÇÃO	MODALIDADE	CATEGORIA	CARGA HORÁRIA
Segurança pessoal em parceria com Polícia Civil;	Presencial	Competências comuns	20 horas
Atualização Jurídica temas da Resolução n. 2 da ENFAM, pelo menos 1 curso de cada tema, curso misto, 30h em EAD e 10h presenciais;	Semipresencial	Competências específicas	40 horas
Alterações Legislativas;	Presencial	Competências específicas	10 horas
Administração Judiciária: Gestão Processual, Gestão de Pessoas, de Materiais e de Resultados;	Presencial	Competências específicas	10 horas
Treinamento de Mídia/Media Training;	Presencial	Competências específicas	10 horas
Impacto Social, Econômico e Ambiental das decisões Judiciais e a Proteção do Vulnerável;	Presencial	Competências específicas	10 horas
Demandas Repetitivas;	Presencial	Competências específicas	10 horas
Direitos Humanos;	Presencial	Competências específicas	10 horas
Adjudicação de Direitos Fundamentais pelo Poder Judiciário;	Presencial	Competências específicas	10 horas
Prestações da Seguridade Social: Aspectos Materiais e Processuais;	Presencial	Competências específicas	10 horas

Registros Públicos, Cidadania e Fiscalização dos Serviços Extrajudiciais;	Presencial	Competências específicas	10 horas
Ética e Deontologia da Magistratura;	Presencial	Competências específicas	10 horas
Qualidade de Vida e Trabalho;	Presencial	Competências específicas	4 horas
Ética, deontologia e mídia social;	Semipresencial	Competências específicas	10 horas
Atualização em Infância e Juventude (Enfam);	Presencial	Competências específicas	10 horas
Execução Penal (Enfam);	Presencial	Competências específicas	10 horas
FONAMEC;	Presencial	Competências específicas	20 horas
Aspectos relevantes na Judicialização da Saúde;	Presencial	Competências específicas	6 horas
Seminário o judiciário e o mercado imobiliário: Um diálogo necessário;	Presencial	Competências específicas	8 horas
IV seminário não desvie o olhar;	Presencial	Competências específicas	5 horas
Formação de Formadores pela Enfam;	Presencial	Competências específicas	30 horas
Teoria e Prática dos Precedentes;	EAD	Competências específicas	30 horas
Depoimento Especial de Crianças e Adolescentes	EAD	Competências específicas	40 horas
Formação de Formadores - Módulo Planejamento de Ensino;	EAD	Competências específicas	40 horas

Remédios Constitucionais;	EAD	Competências específicas	40 horas
Gestão de Pessoas;	EAD	Competências específicas	40 horas
Aspectos Gerais e Questões Controvertidas do Sistema Penitenciário Federal;	EAD	Competências específicas	40 horas
Teoria e Prática dos Precedentes;	EAD	Competências específicas	30 horas
Formação de Formadores: Desenvolvimento Docente - Nível 1 - Módulo 2;	EAD	Competências específicas	40 horas
Improbidade Administrativa;	EAD	Competências específicas	40 horas
Gestão Cartorária;	EAD	Competências específicas	40 horas
Execução Penal;	EAD	Competências específicas	40 horas
Demandas Repetitivas e Grandes Litigantes;	EAD	Competências específicas	40 horas
O Sistema dos Juizados Especiais Estaduais;	EAD	Competências específicas	40 horas
Formação de Tutores no Contexto da Magistratura;	EAD	Competências específicas	40 horas
O Juiz e a Atividade Notarial e Registral;	EAD	Competências específicas	50 horas
Formação de Formadores: Desenvolvimento Docente - Nível 1 - Módulo 2;	EAD	Competências específicas	40 horas

Fórum - O Sistema dos Juizados Especiais Estaduais;	EAD	Competências específicas	40 horas
Atualização Infância e Juventude (Enfam);	EAD	Competências específicas	30 horas
Sistema e Cadastro de Pessoas no Banco Nacional de Mandados de Prisão (BNMP);	EAD	Competências específicas	30 horas
Execução Penal (Enfam);	EAD	Competências específicas	30 horas
Introdução à Justiça Restaurativa;	EAD	Competências específicas	40 horas
Módulo I – introdução ao Direito da Infância e Juventude – novo;	EAD	Competências específicas	40 horas
Módulo II – Depoimento Especial e Escuta e a Escuta no Sistema Justiça;	EAD	Competências específicas	60 horas
O juiz e o serviço extrajudicial;	EAD	Competências específicas	60 horas
Processo Penal (Enfam);	EAD	Competências específicas	30 horas
Processo Penal Descomplicado;	EAD	Competências específicas	30 horas
Tribunal do Júri;	EAD	Competências específicas	40 horas
Gestão Cartorária;	EAD	Competências específicas	30 horas
Formação em Liderança Positiva para Magistrados;	Presencial	Competências gerenciais	20 horas

Encontro de Diretores de Foro;	Presencial	Competências gerenciais	10 horas
Administração Judiciária – novo;	EAD	Competências gerenciais	30 horas
Gestão de Pessoas – (Enfam);	EAD	Competências gerenciais	40 horas

Anexo II - Formação para Servidores

EVENTOS DE CAPACITAÇÃO	MODALIDADE	CATEGORIA	CARGA HORÁRIA
12 S - novo;	EAD	Competências comuns	40 horas
Administração do tempo;	EAD	Competências comuns	10 horas
Água para todos;	EAD	Competências comuns	30 horas
Atendimento humanizado;	EAD	Competências comuns	40 horas
Curso Prático de escrita e redação de textos oficiais;	Presencial	Competências comuns	20 horas
Educação financeira;	EAD	Competências comuns	40 horas
Ética, uma questão de escolha;	EAD	Competências comuns	30 horas
Excelência no atendimento ao público;	EAD	Competências comuns	30 horas
Formação de Competências Interpessoais: Excelência no Atendimento;	Presencial	Competências comuns	40 horas
Gestão do Conhecimento;	EAD	Competências comuns	20 horas
Gestão Documental;	EAD	Competências comuns	30 horas
Improbidade administrativa;	EAD	Competências comuns	30 horas
Inglês Instrumental básico;	EAD	Competências comuns	20 horas
Introdução Funcional;	Presencial	Conhecimento comuns	20 horas
Introdução a Gestão Socioambiental;	EAD	Competências comuns	30 horas
Libreoffice calc;	EAD	Competências comuns	20 horas

Libreoffice writer;	EAD	Competências comuns	20 horas
Qualidade de vida no trabalho: as contribuições do Programa 12S;	EAD	Competências comuns	40 horas
Reforma Ortográfica – novo;	EAD	Competências comuns	20 horas
Segurança da informação;	EAD	Competências comuns	20 horas
Workshop de Acolhimento e Integração;	Presencial	Competências comuns	4 horas
Alienação Parental – novo;	EAD	Competências específicas	40 horas
Aspectos introdutórios sobre o sistema recursal do Novo CPC;	EAD	Competências específicas	60 horas
Atualização - Área administrativa: Temas polêmicos em Gestão de contratos, Lei 8.666/93 e termo de referência);	EAD	Competências específicas	40 horas
Conojus – Congresso de Oficiais de Justiça;	Presencial	Competências específicas	20 horas
Contratações Públicas;	EAD	Competências específicas	100 horas
Curso de Escuta Especial;	Semipresencial	Competências específicas	20 horas
Curso de mediação e conciliação (NUPEMEC);	Presencial	Competências específicas	40 horas
Curso prático de ExecPenWeb;	Presencial	Competências específicas	20 horas
Curso prático de PJD;	Presencial	Competências específicas	20 horas
Curso prático de Proad avançado;	Presencial	Competências específicas	20 horas

Curso Preparatório para Assessores de 1º Grau;	Presencial	Competências específicas	60 horas
Curso Preparatório para Assessores de 2º Grau;	Presencial	Competências específicas	60 horas
Encontro de Gestores de Pessoas;	Presencial	Competências específicas	10 horas
Evento sobre Violência Doméstica (Coordenadoria da Mulher);	Presencial	Competências específicas	8 horas
Fiscalização de Contratos Administrativos – novo;	EAD	Competências específicas	40 horas
Formação de Educadores do TJGO;	EAD	Competências específicas	20 horas
Formação de Formadores: Desenvolvimento Docente - Nível 1 - Módulo 2;	EAD	Competências específicas	40 horas
Formação de Formadores: Desenvolvimento Docente - Nível 1 - Módulo 2;	EAD	Competências específicas	40 horas
Formação de gestores do fundo rotativo;	Semipresencial	Competências específicas	20 horas
Formação de Tutores no Contexto da Magistratura;	EAD	Competências específicas	40 horas
Formação de Tutores;	EAD	Competências específicas	40 horas
Fórum de BNMP;	EAD	Competências específicas	120 horas
Fórum de Contadoria;	EAD	Competências específicas	120 horas
Fórum de ExecPenWeb;	EAD	Competências específicas	120 horas
Fórum de Gestores do Fundo Rotativo;	EAD	Competências específicas	120 horas
Fundo Rotativo;	EAD	Competências específicas	40 horas

Gestão Cartorária;	EAD	Competências específicas	20 horas
Grupos de estudos com os Assessores Correicionais;	EAD	Competências específicas	60 horas
H5P;	EAD	Competências específicas	150 horas
Introdução ao Direito Constitucional – novo;	EAD	Competências específicas	40 horas
Justiça Restaurativa;	Presencial	Competências específicas	30 horas
Módulo I – introdução ao Direito da Infância e Juventude – novo;	EAD	Competências específicas	40 horas
Módulo II – Depoimento Especial e Escuta e a Escuta no Sistema Justiça;	EAD	Competências específicas	60 horas
Oficiais de Justiça – Módulo 1 (Busca e Apreensão);	EAD	Competências específicas	20 horas
Oficiais de Justiça – Módulo 2 (novo CPC);	EAD	Competências específicas	20 horas
Oficiais de Justiça – Módulo 3 (Avaliação);	EAD	Competências específicas	20 horas
Preparação para assessor de Gabinete de 2º grau;	Presencial	Competências específicas	40 horas
Preparação Psicossocial e Jurídica para adotantes;	Presencial	Competências específicas	20 horas
Processo Administrativo Digital – PROAD;	EAD	Competências específicas	40
Treinamento em elaboração ágil de projetos;	EAD	Competências específicas	100
Votação Eletrônica;	Presencial	Competências específicas	4 horas
Workshop Infância e Juventude;	Presencial	Competências específicas	20 horas

Workshop para contadores;	Presencial	Competências específicas	20 horas
Fórum de Educadores da EJUG;	EAD	Conhecimento Específico	120 horas
Fórum de PJD;	EAD	Conhecimento Específico	120 horas
Fórum Gestão de Pessoas;	EAD	Conhecimento Específico	120 horas
Fórum Gestão Documental;	EAD	Conhecimento Específico	120 horas
Curso Liderar é Servir;	Presencial	Competências gerenciais	20 horas
Gerenciamento de Projetos;	EAD	Competências gerenciais	30 horas
Gestão de Processos	EAD	Competências gerenciais	30 horas
Gestão Estratégica com uso do BSC-Balanced Scorecard – novo;	EAD	Competências gerenciais	30 horas
Governança, Gestão de Risco e Controle I	EAD	Competências gerenciais	20 horas
Governança, Gestão de Risco e Controle II	EAD	Competências gerenciais	40 horas
Lei 8.666/93 – novo;	EAD	Competências gerenciais	30 horas
Metodologia de Análises e Soluções de problemas;	EAD	Competências gerenciais	30 horas

Anexo III - Formação para Servidores – Área Especializada – Tecnologia da Informação e Comunicação

EVENTOS DE CAPACITAÇÃO	CATEGORIA
Análise de Ambiente e Elaboração de PDTI – com ênfase na prática;	Competências específicas
CONIP Judiciário 2019;	Competências específicas
CONIP Judiciário 2020;	Competências específicas
Acordos de Níveis de Serviço (ANS) ou Instrumentos de Medição de Resultados;	Competências específicas
Curso Como implantar Governança de TI por meio de indicadores;	Competências específicas
Curso de Auditoria de Sistemas e de Processos de TI;	Competências específicas
Fiscalização Administrativa de Contratos Terceirizados com Base na IN nº 05/2017 Seges/MP;	Competências específicas
Prático de Elaboração de Projeto Básico e Termo de Referência de Acordo com a Nova IN 05/2017 – MPDG;	Competências específicas
Gestão e Fiscalização de Contratos Administrativos de Forma Eficiente, Eficaz e Efetiva;	Competências específicas
Curso Completo de Licitações Públicas e Contratos Administrativos, Contratação Direta, Pregão e Sistema de Registro de Preços;	Competências específicas
Análise e Gestão de Risco nas Licitações e Contratos Sob a Ótica do Tribunal de Contas da União;	Competências específicas
A Nova IN 5/2017 que Revogou a IN 2/2008. Novas Regras para Contratação de Serviços na Administração Pública;	Competências específicas
Curso Avançado de Licitação TI em Conformidade com a IN 04/2014 e a Jurisprudência do TCU – Treinamento desde o Planejamento à Contratação de Bens e Serviços de Tecnologia da Informação;	Competências específicas
Gestão da Conta Vinculada com Base na IN 05/2017 e Resolução CNJ 169/2013;	Competências específicas

Dispensa e Inexigibilidade de Licitação Pública. Contratação Direta e Emergencial sem Licitação;	Competências específicas
Gestão de Riscos à Luz da INC MP/CGU 01/2016;	Competências específicas
Como Implantar a Governança de TI em 10 Passos. Um Caminho para Implantar a Governança de TI na Administração Pública Seguindo a Jurisprudência do TCU;	Competências específicas
Como Implantar a Governança das Aquisições Públicas. Atualizado com às Recentes Decisões do Tribunal de Contas da União, em especial os acórdãos 2622/2013 e 588/2018;	Competências específicas
Contratação de Serviços e TI – Do Planejamento à Fiscalização, de acordo com as Ins 5/2017 e 4/2014 e a Jurisprudência do TCU;	Competências específicas
Curso Básico e Prático de Elaboração da Planilha de Custos e Formação de Preços na Administração Pública de Acordo com a IN 05/2017 Atualizado pela IN 07/18;	Competências específicas
Curso Completo de Contratos Administrativos - Enfoque para Gestão, Fiscalização, Alteração e Penalidades. Formação e Capacitação de Fiscais e Gestores de Contratos;	Competências específicas
Curso Completo de Sistema de Registro de Preços para Compras e Serviços - Com ênfase na gestão da ata e dos contratos decorrentes;	Competências específicas
Gestão de Riscos para Integridade nas Contratações Públicas – Administração Pública e Estatais: Teoria e Prática;	Competências específicas
Governança e Gestão de Riscos de TI – Uma Abordagem Integrada COSO e COBIT;	Competências específicas
Aperfeiçoamento de Gestores de TI;	Competências específicas
Modelo Integrado de Análise Qualitativa e Quantitativa de Riscos de TI;	Competências específicas
Como implementar e gerir o SGSI;	Competências específicas
Gestão de Riscos e Incidentes de Segurança da Informação na visão da Governança;	Competências específicas
RH-DO407 – Automation with Ansible;	Competências específicas
RH-DO180 – Introduction to containers, Kubernetes and Red Hat Openshift;	Competências específicas
RH-CEPH125 – Red Hat Ceph Storage Architecture and Administration;	Competências específicas
RH-DO280 – Red Hat Openshift Administration I: Building a Cluster;	Competências específicas

RH-DO285 – Containers, Kubernetes and Red Hat Openshift Administration;	Competências específicas
RH-DO288 – Red Hat Openshift Development I: Containerizing Application;	Competências específicas
RH-RH236 – Red Hat Cluster Storage Administration;	Competências específicas
RH-DO457 – Network Automation with Ansible;	Competências específicas
MS20740 – Installation, Storage, and Compute with Windows Server 2016;	Competências específicas
MS20741 – Networking with Windows Server 2016;	Competências específicas
MS20742 – Identity with Windows Server 2016;	Competências específicas
Oracle Database 12c R2: New Features for Administrators Part 1 Ed 1;	Competências específicas
Oracle Database 12c R2: Install and Upgrade Workshop;	Competências específicas
Oracle Database 12c R2: RAC Administration Ed 2;	Competências específicas
Análise de Pontos de Função: Medição e Estimativa de Software;	Competências específicas
Angular para construção de Web Apps;	Competências específicas
Aplicações Web em JavaScript com Node.JS e Express;	Competências específicas
Arquitetura e Design de Projetos Java;	Competências específicas
Auditoria do Setor Público Contábil e Financeira;	Competências específicas
Comunicação Gerencial - Desenvolvimento de competências para conectar e desenvolver equipes;	Competências específicas
Comunicação, Relacionamento Interpessoal e Feedback;	Competências específicas
Conferência Web.br - https://conferenciaweb.w3c.br/ ;	Competências específicas

Contabilidade aplicada ao setor público;	Competências específicas
Contabilidade Pública - O novo plano de contas do setor público;	Competências específicas
Desenvolvendo na prática com Spring e testes;	Competências específicas
Desenvolvimento Web com HTML, CSS e JavaScript;	Competências específicas
Design & Experience 2019 (São Paulo);	Competências específicas
Design Sprint: Onde design e velocidade importam;	Competências específicas
Gerenciamento Ágil de Projetos de Software com Scrum;	Competências específicas
Gestão e Liderança de Equipes;	Competências específicas
Git: Controle e compartilhe seu código;	Competências específicas
JavaScript Moderno para front-end e back-end;	Competências específicas
JavaScript Moderno para front-end e back-end;	Competências específicas
JS Experience 2019;	Competências específicas
Machine Learning;	Competências específicas
PGConf.Brasil2019 (São Paulo);	Competências específicas
React e Redux para construção de Web Apps;	Competências específicas
React Native e JavaScript para construção de apps mobile nativas;	Competências específicas
Segurança em Aplicações Web;	Competências específicas
UI Design + Mobile (São Paulo);	Competências específicas

UX e Usabilidade Aplicados em Mobile e Web;	Competências específicas
UXCONFBR;	Competências específicas
Implantação de Help Desk/ Service Desk com fundamentos na ITIL;	Competências específicas
Gestão de Equipes de Suporte com Fundamentos de Coaching;	Competências específicas
ITIL V3 Foundations;	Competências específicas
Cobit 5 Foundation;	Competências específicas
Formação gerente de TI - Governança / processo e gestão de pessoas;	Competências específicas
Gestão de projetos (PMI) V6;	Competências específicas
Automatizando a administração com Windows PowerShell;	Competências específicas
MCSA Windows Server Oficial Express;	Competências específicas

Anexo IV - Formação para Servidores – Área Especializada – Equipe Multidisciplinar

EVENTOS DE CAPACITAÇÃO	CATEGORIA
Articulação da Rede de Proteção Social e sua relação com o Poder Judiciário;	Competências específicas
Articulação: Fortalecendo a Rede de Proteção Social;	Competências específicas
Workshop para os Assistentes Sociais;	Competências específicas
Curso do teste psicológico Rorschach R-PAS;	Competências específicas
Curso EAD “A atuação Interdisciplinar no Poder Judiciário e as Equipes Interprofissionais Forenses”;	Competências específicas
IV Encontro das Equipes Interprofissionais Forenses;	Competências específicas
Curso de Formação de Facilitadores em Círculos de Construção de Paz – Secretaria Municipal de Educação de Goiânia;	Competências específicas

Legislação

LEGISLAÇÃO	DISPOSIÇÕES
Lei nº 17.663, 14/06/2012.	Dispõe sobre a reestruturação da Carreira dos Servidores do Poder Judiciário do Estado de Goiás e dá outras providências.
Resolução TJGO nº 40, 16/09/2015.	Institui a Escola Judicial no âmbito do Poder Judiciário do Estado de Goiás e dispõe sobre o seu regimento, em anexo.
Resolução CNJ nº 159, 12/11/2012.	Dispõe sobre as diretrizes administrativas e financeiras para a formação de magistrados e servidores do Poder Judiciário.
Resolução TJGO nº 14, 28/11/2012.	Dispõe sobre a regulamentação dos artigos 8º, 16 a 19; 24 e 25 da Lei n. 17.663, de 14 de junho de 2012 e dá outras providências.
Resolução CNJ nº 192, 08/05/2014.	Dispõe sobre a Política Nacional de Formação e Aperfeiçoamento dos Servidores do Poder Judiciário.
Resolução ENFAM nº 2, 14/03/2017.	Altera a Resolução ENFAM n. 2 de 8 de junho de 2016, que dispõe sobre os programas para a formação e o aperfeiçoamento de magistrados e regulamenta os cursos oficiais para o ingresso, a formação inicial e o aperfeiçoamento de magistrados e de formadores.

Resolução ENFAM nº 7, 07/12/2017.	Dispõe sobre as diretrizes pedagógicas para a formação e o aperfeiçoamento de magistrados.
Apêndice A – ENFAM	Apresentação Sistematizada das Diretrizes Pedagógicas.
Apêndice B – ENFAM	Diretrizes Pedagógicas: Concepções e Práticas Avaliativas.
Emenda Constitucional nº 45, 30/12/2004.	Cria a Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados - ENFAM.
Resolução STJ nº 3, 30/11/2006.	Dispõe sobre a instituição da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados e dá outras providências.

Expediente

REALIZAÇÃO

Tribunal de Justiça do Estado de Goiás
Escola Judicial de Goiás (EJUG)

PRESIDENTE DO TJGO

Desembargador WALTER CALOS LEMES

DIRETOR DA ESCOLA JUDICIAL DE GOIÁS (EJUG)

Desembargador Marcus da Costa Ferreira

VICE-DIRETOR DA EJUG

Juiz de Direito - Dr Clauber Costa Abreu

SECRETÁRIA-GERAL/SETOR DE CUSTEIO E INFRAESTRUTURA

Eliane de Oliveira Falcão

SETOR DE GERENCIAMENTO DIGNÓSTICO

Flávia Osório da Silva

SETOR DE GERENCIAMENTO DE ENSINO PRESENCIAL

Ana Paula Leite Vilela

SETOR DE GERENCIAMENTO DE ENSINO A DISTÂNCIA

Claudivina Batista Rosa

TEXTOS

Eunice Machado Nogueira

Flávia Osório da Silva

Adriano José da Silva Santos

PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO

Hariel Carneiro Zoccoli

REVISÃO DOS TEXTOS

Gláucia Mendonça

IMPRESSÃO

Divisão de Impressão Digital



PODER JUDICIÁRIO

Tribunal de Justiça do Estado de Goiás